

ROMÉLIA

ROMÉLIA

Chefe de Estado:	Traian Bănescu
Chefe de Governo:	Emil Boc
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	21,3 milhões
Esperança média de vida:	72,5 anos
Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):	20/15 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	97,6 por cento

Os resultados da investigação do Senado ao alegado envolvimento da Roménia nas rendições dos EUA e no seu programa de detenções secretas continuaram a ser classificados. Sondagens governamentais revelaram a existência de discriminação generalizada contra os ciganos por parte da maioria da população. Foram relatados vários casos de despejos forçados de ciganos.

Antecedentes

Uma tentativa de reformar o sistema de pensões, uma das condições impostas pelo Fundo Monetário Internacional para a concessão de um empréstimo, abriu uma crise política que forçou o governo liderado por Emil Boc a pedir a demissão em Outubro. Após as eleições presidenciais, o presidente voltou a nomear Emil Boc como primeiro-ministro, e o seu novo governo foi aprovado pelo Parlamento em Dezembro. A Sociedade Académica Romena informou em Novembro que o sistema de saúde do país poderia ficar à beira do colapso em 2010.

Em Junho foram aprovados um novo código civil, um novo código penal, um novo código do processo civil e um novo código do processo penal. O novo código penal introduziu "circunstâncias agravantes" nos casos de crimes com motivação discriminatória, e passou a punir o incitamento ao ódio e à discriminação.

As ONGs locais manifestaram forte oposição ao teor dos novos códigos. A Associação para a Defesa dos Direitos Humanos da Roménia – Comité de Helsínquia (APADOR-CH) criticou, entre outros pontos, um artigo que aparentava tolerar a utilização de tortura para obter informações.

Contra-terrorismo e segurança

O jornal *New York Times* noticiou em Agosto que uma prisão secreta da Agência Central de Informações (CIA) tinha sido construída em Bucareste. O governo desmentiu a notícia e frisou que tinha cooperado com todas as comissões internacionais criadas para investigar as alegações da existência de centros de detenção da CIA no seu território. A Comissão Europeia reagiu repetindo os apelos a uma investigação completa, independente e imparcial para determinar a verdade.

Na resposta a um pedido de esclarecimento da APADOR-CH, o governo confirmou que alguns aviões operados pela CIA aterraram e descolaram de território romeno, tal como tinha sido anteriormente mencionado num relatório do Conselho da Europa.

O relatório da comissão de inquérito do Senado, que investigou em 2006 e 2007 as alegações sobre a existência de centros de detenção da CIA na Roménia e que foi aprovado em 2008, continuou classificado.

Discriminação – Ciganos

Continuou a existir um preconceito generalizado contra os ciganos entre a maioria da população. Os ciganos continuaram a sofrer discriminação no acesso à educação, cuidados de saúde e habitação, incluindo o direito à propriedade. De acordo com o Barómetro Inter-Etnico de 2009, patrocinado pelo governo, 55 por cento dos inquiridos defendiam que os ciganos não deviam ser autorizados a sair do país, porque prejudicavam a reputação da Roménia, e mais de 43 por cento afirmavam que não contratariam trabalhadores ciganos, porque os consideravam "preguiçosos e ladrões". O jornal *Jurnalul National* apelou à realização de uma iniciativa legislativa popular para adoptar o termo "Tigan" em vez de cigano. As ONGs ciganas e de defesa dos direitos humanos manifestaram preocupação relativamente às conotações negativas do termo "Tigan". Foram registados vários casos de violência contra comunidades ciganas, incluindo destruição de propriedades.

■ A 31 de Maio, na localidade de Sanmartin, na resposta a um alegado conflito entre um grupo de ciganos locais e um homem não-cigano, cerca de 400 pessoas não-ciganas atacaram casas habitadas por ciganos, danificando dezenas de habitações e propriedades. Segundo a ONG cigana CRISS, 170 ciganos fugiram das suas casas por causa dos ataques e procuraram refúgio nos bosques, nos campos ou nas ruas, temendo pela sua segurança. Foi criada uma comissão informal local de promoção do diálogo (formada maioritariamente por residentes não-ciganos), a qual delineou um acordo comunitário definindo as obrigações que os ciganos deviam cumprir. Entre Junho e Agosto, na sequência da adopção deste acordo, os ciganos de Sanmartin continuaram alegadamente a ser perseguidos pelos habitantes não-ciganos, que regularmente se juntavam em grupos de 100 a 150 pessoas e se deslocavam às casas ciganas da aldeia para confirmar que as obrigações estavam a ser cumpridas. As ONGs ciganas manifestaram a sua preocupação relativamente à ausência de intervenção das autoridades para garantir a segurança da comunidade e para abrir uma investigação aos ataques contra as casas dos ciganos.

■ O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem levou em consideração a admissão do governo de que não tinha condições para garantir o cumprimento dos direitos previstos na Convenção Europeia no caso de *Tanase e outros v Roménia*, incluindo a proibição de tortura, o direito a um julgamento justo, o direito ao respeito pela vida privada e familiar, o direito a uma compensação eficaz e a proibição da discriminação. Em 1991, uma multidão de mais de 2000 não-ciganos, incluindo o padre e o presidente da câmara, incendiou ou danificou as casas de 24 ciganos na localidade de Bolintin Deal. Na sequência dos ataques, toda a comunidade cigana da aldeia abandonou as suas casas e ficou desalojada durante um mês. Em Maio, o governo comprometeu-se a pagar os prejuízos, estimados em 565 mil euros, e adoptou uma série de medidas para prevenir e combater a discriminação e melhorar as condições de vida da comunidade cigana.

Direito a uma habitação adequada

As pessoas ciganas continuaram a enfrentar segregação no acesso à habitação. O Relator Especial da ONU para o direito à habitação manifestou a sua preocupação relativamente às condições de habitação dos grupos mais pobres e vulneráveis, incluindo os ciganos, e exortou a Roménia a considerar a ratificação do Artigo 31 da Carta Social Europeia Revista, sobre o direito a uma habitação adequada. Registaram-se vários casos de violação do direito a uma habitação adequada.

■ Cinco anos após terem sido despejados à força de um prédio no centro da localidade de Miercurea Ciuc, cerca de 75 pessoas ciganas, incluindo famílias com crianças pequenas, continuavam a viver em habitações sem condições, escondidas por detrás de uma estação de tratamento de esgotos nos arredores da localidade. Desde que foram ali realojados pelas autoridades municipais, que vivem em contentores de metal e barracas sobrelotadas, com falta de ar puro e pouca protecção contra o frio e a chuva. As condições sanitárias continuavam a ser desadequadas, com apenas quatro casas de banho para toda a comunidade. A proximidade do acampamento à estação de tratamento de esgotos violava a zona de protecção de 300 m de separação entre habitações e locais de potencial perigo tóxico prevista na Lei. O município não cumpriu a sua obrigação de providenciar alojamento alternativo adequado. Em 2008, membros da comunidade apoiados pela ONG cigana CRISS apresentaram queixa no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem alegando violação dos direitos humanos consagrados na Convenção Europeia.

Tortura e outras formas de maus-tratos

■ Em Abril, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem considerou que a Roménia tinha violado a proibição da tortura. Nicu Olteanu foi detido em 1997 pela polícia por suspeita de roubar seis garrafas de água mineral. Queixou-se de ter sido alvejado no pé esquerdo por um polícia na esquadra local depois de uma tentativa de fuga, e de não ter recebido assistência médica adequada, apesar do seu ferimento. Além do ferimento causado pela bala, o seu relatório médico mencionava cortes na perna direita e antebraço direito. O Tribunal considerou que as autoridades tinham violado o seu direito a não ser sujeito a tratamento desumano ou degradante, e que o grau de força usado contra Nicu Olteanu foi excessivo e injustificado. O Tribunal considerou ainda que as autoridades não levaram a cabo uma investigação eficaz e imparcial às suas alegações.

Instituições de saúde mental

■ Em Dezembro, duas ONGs, o Centro de Recursos Legais e a Interdireitos, apresentaram no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem uma queixa em nome de cinco pacientes que morreram no Hospital Psiquiátrico de Poiana Mare em 2004. Os pacientes morreram alegadamente devido a uma combinação de cuidados deficientes, tratamento desadequado e deficientes condições de vida. Em 2004, o hospital foi visitado pelo Comité Europeu para a Prevenção da Tortura, o qual manifestou a sua preocupação relativamente ao tratamento dos pacientes, bem como às condições de vida no hospital, e pediu às autoridades para tomarem medidas urgentes para resolver estes problemas.

Visitas da Amnistia Internacional

☞ Delegados da Amnistia Internacional visitaram a Roménia em Janeiro, Maio e Outubro.